

## PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2009 (PL nº 2.865, de 2008, na origem), do Deputado Filipe Pereira, *que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada nos acervos das bibliotecas públicas.*

RELATOR: Senador **MARCELLO CRIVELLA**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2009 (PL nº 2.865, de 2008, na origem), de autoria do Deputado Filipe Pereira, com o objetivo explicitado na sua ementa.

O projeto contém apenas dois artigos propositivos. O seu art. 1º limita-se a indicar a finalidade do projeto, que é dispor *sobre a obrigatoriedade de manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada nos acervos das bibliotecas públicas em todo o território nacional.*

Por sua vez, mediante o seu art. 2º, é proposto que *as bibliotecas públicas em todo o território nacional deverão manter, em seus acervos, um exemplar, no mínimo, da Bíblia Sagrada.*

Por fim, o art. 3º veicula a usual cláusula de vigência, fixando-a na data da publicação da lei que decorrer do projeto.

Em sua justificação, o autor alega a sólida tradição cristã do Brasil, destacando o cristianismo como manifestação representativa do sentimento religioso da nação, cuja orientação essencial encontra-se na Bíblia Sagrada.

Preocupa-se o autor em tornar acessível a Bíblia para a comunidade cristã, especialmente para as pessoas que têm dificuldades financeiras para acrescentar as suas despesas a aquisição do Livro Sagrado.

O projeto recebeu, na Câmara dos Deputados, acolhida unânime nas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), sendo encaminhada ao Senado Federal em 2009.

Nesta Casa, o projeto foi despachado inicialmente a esta CCJ e distribuído à relatoria da Senadora Marina Silva que, no entanto, até o encerramento da Legislatura passada, não chegou a apresentar o seu relatório. Continuando a tramitar na atual Legislatura, coube a nós o exame da matéria, devendo, em seguida, ir ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## II – ANÁLISE

Por força do disposto no art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) *opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas*.

Cabe o exame do mérito do projeto à CE, que é a comissão que tem a competência para opinar sobre *instituições educativas e culturais*, conforme prevê o art. 102, inciso I, do RISF.

Não obstante, não nos furtaremos de emitir a nossa opinião quanto a esse aspecto, pois, pessoalmente, temos dedicado toda a nossa vida em compreender e seguir os ensinamentos contidos na Bíblia Sagrada.

Sabemos que é vedado ao Poder Público, em qualquer de suas esferas, seja da União, do Estado ou do Município, apoiar cultos religiosos ou igrejas, conforme expressa o inciso I do art. 19 da Carta de 1988.

Entendemos, no entanto, que o projeto em exame não implica em vincular o Estado a religiões específicas, pois não se pretende estabelecer

exclusividade ou tratamento privilegiado às confissões cristãs. Pretende-se, apenas, propiciar que as bibliotecas públicas disponham de um exemplar da Bíblia Sagrada, em razão de seu reconhecido valor histórico e de formação de valores humanos compatíveis com uma sociedade plural, tolerante e voltada para a prática da solidariedade entre as pessoas e de amor ao próximo.

Ademais, a Bíblia Sagrada tem grande valor histórico, pois foi o primeiro livro impresso por Gutenberg, o inventor da forma moderna de impressão por tipos móveis, sendo a obra mais reproduzida de todos os tempos, com mais de seis bilhões de cópias em todo o mundo. Tais informações não deixam dúvida quanto a sua importância, inclusive como obra literária, cujo conhecimento desperta interesse até mesmo entre os agnósticos e ateus.

Não obstante a nossa acolhida quanto ao elevado mérito do projeto, há necessidade de aperfeiçoar a sua redação e conteúdo, haja vista entendermos ser dispensável e redundante o enunciado do seu art. 1º, em face do que dispõe o art. 2º. Ademais, decidimos excluir da obrigatoriedade de dispor de exemplar da Bíblia as bibliotecas das instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País de que trata a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que *dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País*.

O projeto apresentava-se inócuo em sua força normativa em razão de não prever sanção ao infrator no caso de descumprimento da lei que dele decorrer. Suprimos essa omissão, estabelecendo que *será punido, na forma da lei, o servidor que opor resistência injustificada à execução do disposto nesta Lei*, conforme prevê, por exemplo, no plano federal, o inciso IV do art. 117, combinado com o art. 129, ambos da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que *dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais*.

Também entendemos que deve haver previsão de disponibilidade nas bibliotecas públicas de um exemplar em grafia braile ou anagliptografia para os deficientes visuais.

Propomos emenda para fixar prazo para a execução do disposto na lei decorrente do projeto, sendo de um ano para que a biblioteca disponha do

exemplar da Bíblia Sagrada em edição convencional e, de três anos, em grafia braile ou anagliptografia.

Finalmente, entendemos não haver óbice a aprovação do projeto em exame, feitos os devidos reparos para o seu aperfeiçoamento, mediante as emendas que submetemos a esta Comissão.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2009, com as seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº 1 – CCJ**

Suprima-se o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2009, renumerando-se para art. 1º o atual art. 2º, com a seguinte redação:

**Art. 1º** As bibliotecas públicas em todo o território nacional deverão manter, em seus acervos, no mínimo, dois exemplares da Bíblia Sagrada, sendo um, em grafia braile ou anagliptografia.

*Parágrafo único.* Esta exigência não se aplica às bibliotecas das instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País de que trata a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.

#### **EMENDA Nº 2 – CCJ**

Inclua-se como art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2009, o seguinte:

**Art. 2º** Será punido, na forma da lei, o servidor que opor resistência injustificada à execução do disposto nesta Lei.

**EMENDA Nº 3 – CCJ**

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2009:

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, fixando-se, a partir desse dia, o prazo de um ano para que a biblioteca disponha do exemplar da Bíblia Sagrada em edição convencional e, de três anos, em grafia braile ou anagliptografia.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator